

Médicos alertam para crise no DF

Hospital

Junto a uma pauta de reivindicações contendo 41 cláusulas, a diretoria do Sindicato dos Médicos do DF levou ontem à tarde, ao secretário de Saúde, Laércio Valença, um alerta relacionado ao setor. Caso a categoria não obtenha conquistas de ordem financeira e social, está prevista a eclosão de uma das maiores crises no atendimento da rede hospitalar.

O encontro de ontem com o secretário foi breve. Este foi o primeiro contato de uma série, que resultará em possível acordo a ser assinado em março, época do dissídio da categoria. As primeiras impressões nesta etapa inicial, entretanto, já se encontram dentro de um espírito pessimista por parte dos médicos. A presidente do sindicato, Maria José da Conceição, admite a tentativa de Laércio Valença em obter ganhos, mas tem consciência de que o governo, dentro da atual política econômica, deverá combater as cláusulas financeiras.

Se reajustes salariais não podem ser concedidos, os profissionais, em assembleia, buscaram alternativa em reivindicações que representam um acréscimo em seus orçamentos de forma indireta. Sendo assim, dentre os 41 itens da pauta a serem discutidos na próxima quarta-feira, considera-se fundamental o referente à concessão de 100% de horas-extras indiscriminadamente. A cláusula que certamente causará muita discussão é a que pede o estabelecimento do piso salarial de Cz\$ 9.062, valor este, baseado em cálculos do Dieese. Além disso, constam da pauta a necessidade de repor as perdas vindas com o Plano Cruzado, do pagamento da produtividade de 8%, 40% de interiorização, auxílio transporte, dentre outras.

Crise

Todas as reivindicações da categoria serão encaminhadas à Comissão de Política de Pessoal do GDF, que estudará, cada uma das

cláusulas até quarta-feira. Ontem, o secretário de Saúde, através de sua assessoria de imprensa, explicou que ainda não havia como se manifestar sobre as negociações. Maria José da Conceição, porém, é de opinião contrária. Preferiu, logo de início, alertar para os reflexos no sistema proveniente de um trabalho insatisfatório dos profissionais, o que se concretiza através de pedidos de demissões consecutivas.

«Hoje, o atendimento já é precário em virtude das condições. Semanalmente, seis a sete médicos se desligam da Fundação em busca do mercado privado. A situação, neste caso, só tende a piorar na medida em que não haja negociações», afirma Maria José, para quem o médico não dispõe de outra alternativa para manter seus gastos a não ser a procura da rede particular. A presidente do Sindicato dos Médicos, inclusive, prevê uma data bem próxima para o início da crise mais intensa no setor: já no próximo mês.



Laércio Valença

GDF discute a reforma do Hospital de Base

Viabilizar a possibilidade de promover a licitação para as obras no Hospital de Base incluindo o total de verba necessário, embora a quantia global ainda não tenha sido liberada pela Seplan. Esta tem sido a questão debatida por vários órgãos que estudam a forma de efetivar o contrato com empresas prestadoras de serviço.

Por toda a manhã de ontem, o secretário de Viação e Obra, Carlos Magalhães, o de Saúde, Laércio Valença, o procurador-geral do GDF, Humberto de Barros, além de membros da Novacap, estiveram reunidos para discutir o assunto. A dúvida permanece quanto a escolha a ser feita, ou seja, uma só licitação para toda a obra — incluindo a verba a ser liberada pela Seplan — ou parcelar as licitações de acordo com a disponibilidade de recursos. A primeira alternativa é a que mais atrai, bastando verificar se ela está de acordo com a lei.

O procurador Humberto de Barros explicou, na tarde de ontem, que o Decreto-Lei 2.300 de

dezembro de 85 trouxe novas disposições quanto ao ordenamento jurídico das licitações. Por isto, é necessário estudar a lei para verificar se ela se ajusta à legislação do DF.

Dos Cz\$ 50 milhões que hoje a Secretaria de Saúde dispõe para obras no HBB, Cz\$ 24 milhões estão sendo destinados ao setor de radiologia. O restante volta-se para o Pronto-Socorro do hospital. A Seplan, no entanto, ainda não liberou a quantia total tida como necessária à reforma, isto é, Cz\$ 150 milhões.

Na opinião de Humberto de Barros, apenas uma licitação já englobando o total de recursos a ser destinado à Secretaria traria resultados significativos no andamento das obras, à medida em que o trabalho não seria interrompido. «É uma obra de longo curso, envolvendo vários tipos de prestação de serviço. Como a abertura de concorrência é trabalhosa, achamos que, desta forma, seria simplificado o processo», afirma.